

# OS IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO CARLOS, NA PRODUÇÃO VEGETAL, NA COMERCIALIZAÇÃO E NA RENDA DOS PRODUTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS.

**Fabiana Ribeiro Rossi (UFSCAR)**

fabianarossi@yahoo.com.br

**Hildo Meirelles de Souza Filho (UFSCAR)**

hildo@power.ufscar.br



*O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar foi criado em 2003, dentro de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero, com o intuito de implementar ações no âmbito das políticas agrícolas e de segurança alimentar. De um modo geral, O PAA, como é mais conhecido, é operacionalizado através de modalidades (sub-programas) distintas, que visam à aquisição de produtos da agricultura familiar para diversos fins, sendo esses adquiridos sem licitação, até um limite financeiro anual máximo de vendas por produtor e a preços que não podem ultrapassar os praticados nos mercados locais. Desde a sua institucionalização, o PAA tem sido foco de diversos estudos que buscam analisar vários aspectos do programa, dentre eles, os impactos socioeconômicos nos produtores familiares beneficiários. Em São Carlos, o PAA é operacionalizado desde 2006, através da modalidade denominada Compra Direta Local com Doação Simultânea (CDLDS). A elaboração de variáveis de impacto e adicionais para a obtenção de dados e, posteriormente, a análise dos mesmos utilizando técnicas de estatística descritiva e testes de hipóteses permitiram a identificação de impactos positivos dessa modalidade do PAA nos produtores beneficiários, como o incentivo ao início e/ou o aumento da produção de culturas, aumento da renda agropecuária, além de mudanças nos canais de comercialização utilizados, com destaque para uma redução estatisticamente significativa da participação dos atacados.*

*Palavras-chaves: PAA da Agricultura Familiar, Impactos, Agricultores beneficiários*

## 1. Introdução

A expressão agricultura familiar surgiu no contexto brasileiro em meados da década de 90 (DENARDI, 2001; SCHNEIDER, 2003), despertando no país um interesse por essa categoria de produtores, refletido na criação de políticas públicas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, em um revigoramento da reforma agrária e em um grande esforço por parte da comunidade acadêmica nacional na formulação de conceitos para delimitar esses produtores no espaço agrário do país (OLALDE, 2004).

Dentre as políticas públicas, o Pronaf, que foi criado com o intuito de fornecer crédito e assistência técnica, pode ser considerado um marco de afirmação da importância dos produtores familiares, que foram por muitos anos menos beneficiados pelas políticas públicas agrícolas. A partir de 2000, os movimentos sociais da agricultura familiar passaram a reivindicar ações que ultrapassavam o escopo de atividades exercidas pelo Pronaf, exigindo apoio à comercialização dos seus produtos, acesso aos mercados e garantia de preços (MULLER, 2007).

É diante desse contexto de novas reivindicações por parte dos agricultores familiares, aliado a um novo comportamento do governo e da sociedade diante do problema da fome, que surge em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar, concebido dentro de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero (MATTEI, 2007 - a).

O PAA, como é mais conhecido, é um programa que, de um modo geral, destina-se à compra de produtos da agricultura familiar para diversos fins, sendo esses adquiridos sem licitação, até um limite financeiro anual máximo de vendas por agricultor familiar e a preços que não podem ultrapassar os praticados nos mercados locais. Desta forma, o programa busca fazer um *link* entre política agrícola e de segurança alimentar (MATTEI, 2007 - b).

O programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), recebendo recursos do mesmo, do MDA e mais recentemente do Ministério da Educação (MEC). O PAA é executado em todo território nacional através de modalidades distintas (ou sub-programas), implementadas por esses ministérios em parceria com governos municipais, estaduais e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (MDS, 2011; MDA, 2011).

Desde a sua institucionalização em 2003, o PAA já utilizou mais de 3,5 bilhões de reais em sua operacionalização (MDS, 2011), tornando-se foco de diversos estudos, tanto por parte do governo federal, através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), vinculada ao MDS, como pelo meio acadêmico. Essas pesquisas buscam analisar, de uma maneira geral, vários aspectos do programa como: eficácia, efetividade, gargalos, impactos, pontos de melhoria, etc.

Avaliar o impacto de um programa é muito importante, pois permite identificar possíveis mudanças ocorridas na vida dos beneficiários que são decorrentes das ações do mesmo, bem como verificar se os seus objetivos têm sido cumpridos, gerando resultados satisfatórios. Muitos autores (BASALDI, 2004; DELGADO *et al.*, 2005; DORETTO & MICHELLON, 2007; MARTINS & CAVALCANTI, 2007; MATTEI, 2007 (b); ROCHA *et al.*, 2007; DESER, 2008; ALMEIDA, FERRANTE & PAULILLO, 2009; BORTOLATTO, 2009; HESPANHOL, 2009; LUCENA & LUIZ, 2009; VIEIRA & DEL GROSSI, 2009; VOGT &

SOUZA, 2009; CHMIELEWSKA *et al.*, 2010) apontam impactos positivos do PAA nos agricultores familiares beneficiários em variáveis como: renda (aumento), produção vegetal (aumento e/ou diversificação), comercialização, assistência técnica, associativismo, participação das mulheres e jovens, acesso à informação, etc.

No âmbito municipal, o PAA é operacionalizado através da modalidade denominada *Compra Direta Local com Doação Simultânea* (CDLDS), também conhecida como *Compra Direta Local da Agricultura Familiar* (CDLAF). Essa modalidade visa à aquisição de produtos da agricultura familiar local para abastecer os equipamentos públicos de alimentação e nutrição (bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares) e as ações de acesso à alimentação, empreendidas por entidades da rede sócio-assistencial do município (MDS, 2011).

Em São Carlos, a CDLDS do PAA está presente desde 2006, sendo operacionalizada pela prefeitura através da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA). Ela adquire produtos de agricultores localizados no município e em diversas cidades vizinhas como: Corumbataí, Ibaté, Pradópolis, Miracatu, Serra Azul, Serrana, Araraquara, Motuca, etc, atendendo a 2 restaurantes populares, 26 entidades sociais e compondo a merenda escolar de 120 escolas (estaduais, municipais e Ensino de Jovens e Adultos – EJAs) (SMAA, 2011). É importante destacar que Araraquara também executa essa modalidade do PAA, porém desde 2004, sendo que muitos produtores familiares da região entregam produtos em ambos os programas.

Atualmente, essa modalidade trabalha com um limite financeiro anual de R\$ 4.500 por agricultor familiar para a compra dos produtos, sendo adquiridos semanalmente pela SMAA, em torno de 5 a 6 toneladas de *hortifrutis* (SMAA, 2011). Desta forma, por se configurar como um novo canal de escoamento da produção da agricultura familiar, o PAA tem sido considerado muito importante para o desenvolvimento rural do município de São Carlos, influenciando também as cidades próximas participantes.

Até o momento, não foi realizado nenhum estudo para determinar quais os impactos que a CDLDS do PAA, executada pela SMAA de São Carlos, tem causado nos produtores participantes. Sendo assim, esse artigo objetiva determinar quais os impactos que esse programa tem causado na produção vegetal, na comercialização e na renda dos agricultores familiares beneficiários.

## 2. Metodologia

Para a realização de uma avaliação de impacto, primeiramente é necessário que se estabeleçam as *variáveis de impacto*, ou seja, aquelas pelas quais é possível verificar os efeitos do programa, sendo utilizadas nesse artigo, as seguintes: renda oriunda da atividade agropecuária, quantidade de culturas produzidas e porcentagem do valor das vendas para os canais de comercialização. Essas variáveis podem ser medidas em vários momentos da execução do programa, sendo que nesse caso, optou-se pela estipulação de dois períodos de análise: 12 meses antes de iniciar a participação no PAA e últimos 12 meses de participação no programa. Foram elaboradas também variáveis denominadas *adicionais*, que foram utilizadas para o levantamento de informações julgadas relevantes, como a própria percepção dos produtores acerca dos impactos causados pelo PAA. Todas as variáveis elaboradas foram utilizadas para a construção de um questionário estruturado e fechado que foi aplicado, através de entrevistas (Julho a Outubro/ 2011), junto a 30 agricultores familiares

beneficiários. A análise dos resultados foi feita utilizando-se técnicas de estatística descritiva como: média, desvio padrão, valores mínimos e máximos, frequência e proporção, sendo esses apresentados em tabelas. Para as *variáveis de impacto*, o tratamento estatístico dos dados permitiu a realização de testes de hipóteses pareados paramétricos (Teste T pareado – para dados com distribuição normal) ou não-paramétricos (Teste de Wilcoxon – para dados com distribuição não-normal), com o intuito de verificar, através da amostra selecionada, se houve mudanças estatisticamente significativas nas médias das variáveis analisadas entre os dois períodos, na população de produtores beneficiários. Os testes de hipóteses buscam rejeitar ou aceitar a hipótese nula ( $H_0$ ) de igualdade entre os parâmetros, em relação a uma hipótese alternativa ( $H_a$ ) elaborada. No caso dos testes pareados, para se comparar as médias entre os dois períodos estudados, a hipótese nula é de que as diferenças das médias populacionais são iguais  $H_0 (\mu_d = 0)$  e a hipótese alternativa (bilateral) é de que são diferentes  $H_a (\mu_d \neq 0)$ . Para a tomada de decisão com relação à aceitação ou rejeição da hipótese nula ( $H_0$ ), foram calculados, a partir da amostra, as estáticas do teste (variáveis padronizadas T e Z) e estipulada a região crítica, levando em consideração um intervalo de confiança de 95%, que corresponde ao nível de significância  $[(\alpha = 0,05)/2 = 0,025]$ . Posteriormente foi determinado o p-valor (fator de probabilidade), com auxílio do software S.P.S.S. (Statistical Package for the Social Sciences - versão 9.0), que corresponde ao maior nível de significância que levaria a não rejeição da hipótese nula, sendo assim, quanto menor o p-valor, mais forte a evidência contrária à hipótese nula ( $H_0$ ) fornecida pelos dados, portanto, se o p-valor for maior que o nível de significância deve-se aceitar  $H_0$ . Em alguns casos, os valores de T e Z foram negativos devido aos sinais negativos das diferenças das médias, porém esse sinal não influenciou no p-valor, sendo esse calculado levando em consideração os valores absolutos de T e Z (MORETTIN & BUSSAB, 2004). Os resultados obtidos com os testes de hipóteses também foram apresentados em tabelas, que indicam qual decisão tomar com relação à hipótese nula: aceitar ou rejeitar.

### 3. Resultados

Nessa seção serão abordados os impactos causados pelo PAA na produção vegetal, na comercialização e na renda dos produtores familiares beneficiários.

#### 3.1 Impactos do PAA na produção vegetal dos produtores familiares beneficiários

Para a abordagem dos impactos do PAA na produção vegetal dos beneficiários, foram analisadas variáveis como: quantidade de culturas produzidas e percepção dos produtores beneficiários sobre o início e/ou aumento da produção de culturas em função do programa.

As tabelas 1 e 2 apresentam os resultados referentes à quantidade de culturas produzidas pelos produtores beneficiários entre os dois períodos estudados:

Grupo amostral: agricultores familiares beneficiários do PAA												
Quantidade de culturas produzidas	12 meses antes de iniciar a participação no PAA						Últimos 12 meses de participação no PAA					
	N	Total	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	N	Total	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.
	30	229	7,63	4,51	2	21	30	269	8,97	4,23	3	19

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 1 - Quantidade de culturas produzidas pelos produtores beneficiários

Teste de hipóteses (T-pareado)	
g (n-1)	29
T	-1,828
p-valor	0,078
$\alpha/2$	0,025
Decisão	p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011(S.P.S.S., versão 9.0).

**Tabela 2** - Teste de hipóteses para a média da quantidade de culturas produzidas pelos produtores familiares beneficiários

A tabela 3 apresenta os resultados referentes à percepção dos produtores familiares beneficiários dos impactos do PAA para o início e/ou aumento da produção de culturas:

Grupo amostral: agricultores familiares beneficiários do PAA				
	O PAA possibilitou o início da produção de novas culturas?		O PAA permitiu o aumento da produção de culturas existentes na propriedade?	
Resposta	Freq. (n)	Freq. (%)	Freq. (n)	Freq. (%)
Sim	15	50	17	56,7
Não	15	50	13	43,3
Total	30	100	30	100

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011.

**Tabela 3** - Frequência de agricultores familiares beneficiários de acordo com suas percepções dos impactos do PAA para a produção de novas culturas e/ou aumento da produção de culturas existentes na propriedade

Através da análise das tabelas apresentadas anteriormente (tabelas 1 a 3), pode-se afirmar que, entre os dois períodos estudados, não houve um aumento estatisticamente significativo da média da quantidade de culturas produzidas pelos beneficiários, no entanto, o PAA influenciou tanto o início da produção de culturas novas, quanto o aumento da produção daquelas já existentes na propriedade. Entre as culturas novas produzidas destacam-se: pimentão, chicória, vagem, repolho, tomate, alface, brócolis, cheiro-verde, almeirão, couve-manteiga, espinafre, cenoura, batata-doce, chuchu, abobrinha, couve-flor, rúcula, jiló, pimenta cambuci, acelga, pepino, milho verde, quiabo, abacaxi, maracujá, mandioca, limão e carambola.

### 3.2 Impactos do PAA na comercialização da produção dos produtores familiares beneficiários

Para a abordagem dos impactos do PAA na comercialização da produção vegetal dos beneficiários, foi analisada a variável: porcentagem do valor das vendas para os canais de comercialização utilizados pelos produtores.

As tabelas 4 e 5 apresentam os resultados referentes à porcentagem do valor das vendas para os canais de comercialização utilizados pelos produtores beneficiários entre os dois períodos estudados:

Grupo amostral: agricultores familiares beneficiários do PAA												
Canal de comercialização	12 meses antes de iniciar a participação no PAA						Últimos 12 meses de participação no PAA					
	N	Total	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	N	Total	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.
Governo (além do PAA)	30	70	2,33	9,71	0	50	30	135	4,50	15,99	0	80
Agroindústrias	30	106	3,53	16,59	0	90	30	85	2,83	10,08	0	45
Super e Hipermercados	30	401	13,37	22,22	0	60	30	221,5	7,38	14,54	0	50
Feiras-livres	30	243	8,10	20,82	0	100	30	306,5	10,21	23,05	0	80
Quitandas	30	244	8,13	21,51	0	100	30	163	5,43	15,81	0	80
Venda de porta-em-porta	30	33	1,10	6,02	0	33	30	0	0	0	0	0
Intermediários (atravessadores)	30	453	15,10	31,63	0	100	30	303,5	10,11	23,51	0	90
Atacados	30	1155	38,50	38,71	0	100	30	604,5	20,15	28,47	0	90
Ida do consumidor à propriedade	30	0	0	0	0	0	30	40	1,33	7,30	0	40
PAA - Araraquara	30	115	3,83	13,50	0	70	30	105	3,50	8,11	0	30
PAA – São Carlos	-	-	-	-	-	-	30	769,5	25,65	18,43	1	80
Outros canais	30	180	6	20,10	0	100	30	209,5	6,98	21,96	0	90

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011.

**Tabela 4** - Porcentagem do valor das vendas para os canais de comercialização utilizados pelos produtores beneficiários

Teste de hipóteses (Wilcoxon)				
Canal de comercialização	Z	p-valor	$\alpha/2$	Decisão

Governo (além do PAA)	-0,535	0,593	0,025	p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$
Agroindústrias	-0,535	0,593	0,025	p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$
Super/hipermercados	-1,893	0,058	0,025	p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$
Feiras-livres	-0,178	0,858	0,025	p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$
Quitandas	-1,183	0,237	0,025	p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$
Venda de porta-em-porta	-1,000	0,317	0,025	p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$
Intermediários (atravessadores)	-1,548	0,122	0,025	p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$
Atacados	-3,269	0,001	0,025	<b>p-valor &lt; <math>\alpha/2</math> = rejeita <math>H_0</math></b>
Ida do consumidor à propriedade	-1,000	0,317	0,025	p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$
PAA - Araraquara	-0,850	0,933	0,025	p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$
Outros canais	-0,970	0,332	0,025	p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011 (S.P.S.S., versão 9.0).

**Tabela 5** - Teste de hipóteses para a média da porcentagem do valor das vendas para os canais de comercialização utilizados pelos produtores beneficiários

Através da análise das tabelas apresentadas anteriormente (tabelas 4 e 5), pode-se afirmar que, entre os dois períodos estudados, houve uma diminuição estatisticamente significativa da média da porcentagem do valor das vendas destinadas para os atacados. Essa diminuição ocorreu em paralelo a um aumento nas vendas para o PAA. Desta forma, pode-se afirmar que o PAA constitui-se em um canal alternativo, e preferido pelos produtores, vis a vis aos atacadistas. Observa-se que os beneficiários passaram a destinar, em média, 25,65% do valor de vendas para o PAA. As mudanças no percentual de participação dos demais canais não foram estatisticamente significativas, podendo-se afirmar que o PAA não compete diretamente com os mesmos.

### 3.3 Impactos do PAA na renda agropecuária dos produtores familiares beneficiários

Para a abordagem dos impactos do PAA na renda agropecuária dos beneficiários, foram analisadas variáveis como: renda oriunda das atividades agropecuárias e a percepção dos produtores beneficiários sobre os impactos do PAA na renda agropecuária. Vale ressaltar que foi feita uma correção da renda agropecuária levando em consideração a inflação entre os dois períodos analisados, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As tabelas 6 e 7 apresentam os resultados referentes à renda agropecuária dos produtores beneficiários entre os dois períodos estudados:

Grupo amostral: agricultores familiares beneficiários do PAA										
Renda Agropecuária	12 meses antes de iniciar a participação no PAA					Últimos 12 meses de participação no PAA				
	N*	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	N*	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.
	27	2.658,21	1.411,40	360,25	6.004	27	2.925	1.942,84	1.000	10.000

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011. \* Foram excluídos 3 produtores da análise pela falta de conhecimento deles com relação à renda obtida com as atividades agropecuárias.

**Tabela 6** - Renda agropecuária dos produtores familiares beneficiários

Teste de hipóteses (T-pareado)		
g (n-1)	26	26
T	-2,279	-2,279
p-valor	0,031	0,031
$\alpha/2$	0,025	0,050
Decisão p-valor > $\alpha/2$ = aceita $H_0$ p-valor < $\alpha/2$ = rejeita $H_0$		

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011 (S.P.S.S., versão 9.0).

**Tabela 7** - Teste de hipóteses para a média da renda agropecuária dos produtores familiares beneficiários

A tabela 8 apresenta os resultados referentes à percepção dos produtores familiares beneficiários dos impactos do PAA para a renda agropecuária:

Grupo amostral: agricultores familiares beneficiários do PAA		
O PAA possibilitou um aumento da renda agropecuária da família?		
Resposta	Freq. (n)	Freq. (%)
Sim	30	100
Não	0	0
Total	30	100

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011.

**Tabela 8** - Frequência de agricultores familiares de acordo com sua percepção dos impactos do PAA para a renda agropecuária da família

Através da análise das tabelas apresentadas anteriormente (tabelas 6 a 8), pode-se afirmar que, entre os dois períodos estudados, não houve alteração estatisticamente significativa da média da renda agropecuária dos beneficiários a um intervalo de confiança de 95% [ $(\alpha = 0,05)/2 = 0,025$ ], no entanto, a um intervalo de confiança de 90% [ $(\alpha = 0,10)/2 = 0,05$ ], esse aumento é estatisticamente significativo. Observa-se também que 100% dos produtores beneficiários apontam uma influência do PAA para esse aumento de renda.

#### 4. Considerações finais

Através das análises feitas, pode-se afirmar que a modalidade CDLDS do PAA executada pela SMAA de São Carlos, influenciou o início e aumento da produção de culturas por parte dos agricultores beneficiários, uma vez que se tratando de mais uma alternativa para o escoamento da produção, muitos produtores viram uma oportunidade para diversificar e expandir sua produção vegetal, especialmente de *hortifrutis*, que são os produtos mais adquiridos pelo programa. Com relação à comercialização dos produtos, os beneficiários

destinam, em média, 25,65% do valor das vendas para o PAA, o que pode ter ocasionado mudanças nas médias das porcentagens dos valores de vendas destinadas para outros canais de comercialização, com destaque para uma redução estatisticamente significativa para os atacados. No caso dos outros canais, as mudanças ocorridas nas médias das porcentagens dos valores de vendas não foram estatisticamente significativas. Além disso, as vendas para o PAA permitiram um aumento da renda agropecuária dos produtores. Desta forma, pode-se concluir que o PAA se configura como uma importante política agrícola para os agricultores familiares, pois busca minimizar um dos principais gargalos enfrentados por esse segmento de produtores: a comercialização de seus produtos, agregando a isso um aumento da renda agropecuária e de investimento na produção em termos de cultivo de novos produtos e aumento da produção daquelas já existentes na propriedade.

## 5. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B.; PAULILLO, L. F. O. E.** *Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Araraquara – SP.* In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Porto Alegre, 2009.
- BASALDI, O. V.** *O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: os primeiros resultados obtidos em 2003*, Informações econômicas, São Paulo, v. 34, n. 5, Maio/2004.
- BORTOLATTO, S.** *Combatendo a fome: uma análise do programa de aquisição de alimentos na cidade de Maringá.* 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Públicas), Universidade Estadual de Maringá.
- CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A.** *O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe.* Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), Texto para discussão N° 1510, Brasília, Setembro de 2010.
- DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J.** *Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).* Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), Texto para discussão N° 1145, Brasília, Dezembro de 2005.
- DENARDI, R. A.** *Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.* Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, EMATER/RS, Porto Alegre, v.2, n.3, ano I, p. 56-62, jul./set.2001.
- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER).** *O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07 uma avaliação.* Curitiba, Jan /2008. 51 p. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/publicacoes/PAA%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf>>. Acesso em Maio de 2010.

- DORETTO, M.; MICHELLON, E.** *Avaliação dos impactos econômicos, culturais e sociais do programa de aquisição de alimentos no Paraná.* In: Flávio Borges Botelho Filho / Amauri Daros de Carvalho. (Org.). Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. 27 ed. Brasília: UnB / CEAM / NER, v. 7, p. 107-138, 2007.
- HESPANHOL, R. M.** *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região de Dracena (SP).* In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Porto Alegre. 2009.
- LUCENA, E. C.; LUIZ, J. M.** *Uma avaliação da importância do programa de aquisição de alimentos (PAA) na agricultura familiar no município de Ceará Mirim (RN).* In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Porto Alegre, 2009.
- MARTINS, S. P.; CAVALCANTI, L. I.** *Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte,* Sociedade e desenvolvimento rural, v. 1, n. 1, p. 1- 30, 2007.
- MATTEI, L.** *Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa,* Cadernos do CEAM (UnB), v. 07, p. 33-44, 2007(a).
- MATTEI, L.** *Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina,* Cadernos do CEAM (UnB), v. 7, p. 75-105, 2007(b).
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA).** *Programa de Aquisição de Alimentos.* Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em 12 de Dezembro de 2011.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS).** *Programa de aquisição de alimentos.* Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>>. Acesso em 10 de Dezembro de 2011.
- MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O.** *Estatística básica,* 5º edição, São Paulo: Saraiva, 2004, 526 p.
- MULLER, A. L.** *A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos.* Porto Alegre/RS: UFRGS, 2007. 128 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2007.
- OLALDE, A. R.** *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.* In: 26a Semana do Fazendeiro, 2004, Uruçuca. Semana do Fazendeiro 26a - Agenda Técnica. Uruçuca: CEPLAC/CENEX/EMARC, 2004. p. 36-39.
- ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S.; COELHO, V. P.** *Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá, Vitória da Conquista,* Cadernos do CEAM (UnB), v. 7, p. 139-163, 2007.
- SCHNEIDER, S.** *Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-123, fev/2003.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DE SÃO CARLOS (SMAA),** 2011.
- VIEIRA, D. F. A.; DEL GROSSI, M. E.** *Influência do Programa de Aquisição de Alimentos em três características da comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu - MG.* In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Porto Alegre, 2009.
- VOGT, S. P. C.; SOUZA, R. S.** *A construção social do mercado institucional de alimentos: estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro – RS.* Santa Maria: UFSM. 170 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Agosto de 2009.